

DISCURSO DO SR. LUIZ SIMÕES LOPES

Ao ser investido das altas funções
de presidente do D. A. S. P.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República;

Senhores Ministros de Estado; demais autoridades presentes; minhas senhoras; meus senhores.

No momento de receber do Chefe da Nação a alta incumbência de presidir o Departamento

Resolvida a instalação do Departamento Administrativo, com a absorção do Conselho que eu tinha a honra de dirigir, tive oportunidade de sugerir a Vossa Excelência, Senhor Presidente, o nome de eminente brasileiro, para a Presidência do novo órgão, que veio situar definitivamente o Chefe da Nação — dentro do Estado Novo —



Administrativo do Serviço Público, cumpre-me preliminarmente agradecer em nome dos Diretores de Divisão e no meu próprio a confiança em nós depositada.

como orientador supremo da administração pública.

Entendia eu que para o êxito de programa tão grandioso era mister encontrar um gran-

de nome — alta cultura servida por qualidades de direção — figura de real prestígio entre as classes dirigentes do país.

Vossa Excelência, entretanto, pelo conjunto de circunstâncias que apontou, resolveu convocar-me e eu, soldado obscuro, desde 1929, da grande cruzada chefiada por Vossa Excelência, aqui estou para assumir meu posto, repetindo as mesmas palavras com que em 1930 aceitei o honroso cargo



de oficial de gabinete do Chefe do Governo Provisório.

Essa preferência me desvanece, Senhor Presidente, mas também me preocupa, justamente porque não sou um estranho para Vossa Excelência.

Conhecido de Vossa Excelência desde a sua eleição para a Câmara Federal, ha oito anos velho trabalhando a seu lado e penso ter desempenhado com lealdade e boa vontade os encargos que me têm sido confiados. Inquieta-me, porém, a pergunta que ora me faço: poderei levar a bom

termo esta nova missão, de tão alta responsabilidade?

Não me considero uma capacidade em administração pública; não frequentei cursos regulares de ciências administrativas e tenho, por consequência, os defeitos e inconvenientes dos autodidatas, daqueles que estudam sem mestres e sem método. Mas, prometo, que, para contrabalançar essas falhas o meu esforço não terá limites, que despenderei cem por cento para colher um resultado apreciável.

Era, ha muito, um desencantado com o regime de ficção em que vivíamos e, perante Vossa Excelência e seus ministros afirmei, em 28 de outubro de 1937, que os regimes políticos deviam ser modificados ou substituídos, de forma, a ficar assegurada a eficiência da administração, porque êsse é o supremo bem público, tão profunda é a interferência do Estado na vida moderna.

Assim, cético em face da ficção, sem dar atenção à miragem falaz, sem me deixar cegar pelas iluminuras demagógicas, eu via através o "manto diáfano da fantasia" democrática a "nudez crua" da realidade brasileira. Eu sentia as necessidades a atender, via os setores desguarnecidos, os claros a preencher, as providências tardias e as omissões, a falta de ação de presença do Poder Público; e compreendi que o patriotismo mais acendrado e a dedicação sem limites nada podiam ante a resistência ou a fôrça de inércia da estrutura do Estado.

Por isso eu trazia, dentro de mim, a me guiar os passos, a mística do Estado Novo — sinônimo, para mim, de Estado Ativo: a Nação, que a politicagem envelhecera precocemente, rejuvenescida pelo Estado Ativo, Estado que tudo prevê e a tudo provê, que não espera que os problemas se apresentem para resolvê-los, mas, ao contrário, vai ao seu encontro para atacá-los, que não assiste aos acontecimentos mas orienta-os, que não se contenta com o progresso realizado porque quer acelerá-lo, Estado, em suma, que não conhece sino a ofensiva.

Hoje, o ambiente me é propício, estou no meu "habitat", o clima me é favorável, porque eu sinto o Estado Novo, e, confiante nas condições vantajosas de trabalho, eu me atrevo a aceitar sôbre os meus hombros fracos o pêso incalculável da tarefa que Vossa Excelência me confia, Senhor Presidente.

E' uma dilatação sensível das responsabilidades que me cabiam como membro do Conselho Federal do Serviço Público Civil, cujos trabalhos resumi no Relatório que ha dias tive a honra de apresentar a Vossa Excelência.

Por aquele documento, Vossa Excelência terá tido ocasião de verificar como se iniciou a execução da profunda reforma introduzida nos serviços públicos pela lei 284, de 1936, que marcou uma nova era na administração do país.

Trabalho de largo fôlego — a maior revolução pacífica já operada no Brasil — tem o aspecto altamente atraente das obras que se fazem, concientemente, para os pósteros.

Não conheceremos todos os seus frutos; já vislumbramos, porém, através das fendas que a lei 284 abriu na carapaça que envolve os órgãos da administração, os primeiros raios de luz, da luz que ha de, um dia, inundar os serviços públicos, criando um ambiente sadio e otimista, onde não haverá dificuldades, onde tudo será possível realizar, onde o espírito de "servir" será tão intenso, onde o ar estará tão saturado dele, que não poderão medrar a indiferença, nem o desânimo, que o interesse pessoal se sentirá mesquinho e vil em face dos interesses supremos da Nação e do Estado.

Meus Senhores:

O momento não é oportuno para um retrospecto do trabalho feito pelo Conselho, nem me cabe dizer da "qualidade" desse trabalho. E' interessante, porém, citar alguns números: o Conselho, instalado em 8 de dezembro de 1936, realizou 178 sessões e proferiu 2.955 Resoluções. Ele preparou o advento do Departamento Administrativo, de ação mais ampla e eficaz, e — fato notável na nossa história administrativa — deu unidade à legislação que foi submetida ao seu exame e, mais ainda, elaborou o primeiro conjunto de leis orgânicas, umas complementares das outras, para os serviços públicos. Através dessa legislação, o Governo firmou nitidamente a sua política, em relação aos serviços e aos seus servidores, funcionários e extranumerários.

Antecipando-se ao Estado Novo, o Conselho Federal, apoiado por Vossa Excelência, Senhor Presidente, já vinha paulatinamente estudando e restaurando o arcabouço desconjuntado e oscilante do Estado, dentro de um plano concebido com os mais elevados propósitos e de critérios definidos e impessoais.

A ação do extinto Conselho Federal como

órgão de colaboração direta com o Governo, obedeceu sempre a um princípio fundamental: o interesse da Nação acima de tudo, sobrepondo-se a tudo, mesmo aos direitos e aspirações mais legítimos. As conveniências do Estado e dos serviços públicos, preterindo as dos funcionários.

Buscou-se, porém, com boa vontade, harmonizar os interesses recíprocos.

Sem cortejar o funcionalismo, estudou-se, com carinho, e concedeu-se tudo quanto se lhe podia dar, sem prejuízo dos serviços, dentro de um princípio lógico de que a sorte do funcionário deve estar estreitamente ligada à sorte e às condições financeiras do Estado. Dessa comunhão perfeita, resultarão, sem dúvida, grandes benefícios para o serviço público.

Antigamente, "beneficiar" o funcionário era conceder-lhe vantagens esporádicas, sem expressão, gratificações indevidas, facilidades momentâneas; a administração era pródiga em dar empregos e distribuir favores ilegais aos já empregados; a legião dos "encostados", dispensados de ponto ou à disposição de gabinetes, correspondia a um "benefício", em favor de alguns, mas em detrimento dos que realmente trabalham.

Nós queremos o servidor disciplinado, cumpridor de deveres, gozando de benefícios reais. Por isso, em vez da aposentadoria aos 57 mil funcionários, abrangidos pela legislação anterior, o Estado Novo concedeu, pela lei 288, aposentadoria, pecúlio e pensão a mais de 100 mil servidores, sem onerar exageradamente os cofres públicos, graças ao plano adotado, que repousa sobre bases atuariais sólidas.

E, neste momento, o Governo estuda, ainda, um vasto plano para resolver o problema da construção de casas para seus servidores, civis e militares.

Meus Senhores:

E' certo que essa trajetória que o Conselho se traçou nos trouxe muitos dissabores e provocou contra nós uma campanha violenta e tenaz de quantos viram frustrados os planos arquitetados, dos que, à frente dos serviços, os consideram como propriedade privada, dos que vivem a idear reformas para se beneficiarem delas e, de um modo geral, de quantos só se aproximam do Estado para explorá-lo, para arrancar, por qualquer meio, algum benefício.

Mas, os membros do Conselho não aspiravam ao aplauso fácil e suspeito dessas classes de interessados; queriam servir o Brasil, fiéis ao

exemplo de Vossa Excelência, Senhor Presidente, defensor intransigente dos interesses gerais.

Si alguma vez parecemos intolerantes ou nos excedemos na vivacidade de conceitos emitidos, é porque o nosso trabalho foi feito sob a mais intensa emoção cívica e porque nele concentrámos os nossos ideais mais caros, nele pusemos os nossos corações, nele jogámos tudo o que tínhamos de melhor dentro de nós próprios.

Igual motivo me anima a falar neste momento, perante o Governo, com tanta franqueza. O Departamento Administrativo, que hoje se instala, prosseguirá na luta iniciada pelo Conselho para o aperfeiçoamento da máquina do Estado.

Hoje está o Governo aparelhado para atacar com grande energia a reorganização dos nossos serviços públicos, porque o Departamento será o centro de irradiação que vem completar o sistema, e por intermédio do qual o Chefe da Nação agirá, de modo geral, nos vários setores.

Os Serviços de Pessoal, criados em todos os ministérios, as Comissões de Eficiência, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e o Instituto Nacional de Tecnologia, colaborando com o Departamento, constituem, sem dúvida, um conjunto extraordinário de elementos, de ação. E' um sistema que, influenciado diretamente pelo Chefe da Nação — pois que o Departamento Administrativo é um órgão da Presidência da República — atuará largamente, racionalizando o serviço público, padronizando o material e regulando sua aquisição e consumo, selecionando, aperfeiçoando e amparando os servidores do Estado, dentro de critérios gerais e uniformes.

Compare-se esse panorama, a perspectiva que se nos depara, com as reformas de antigamente, eivadas de vícios, parciais, pessoais, atingindo determinadas repartições ou sómente a indivíduos, autênticos paliativos, que nada adiantavam à comunidade, que mesmo quando aumentavam os vencimentos dos funcionários não organizavam a classe, que nunca trataram de "profissionalizar", o servidor do Estado, nem de dar-lhe uma assistência efetiva.

O Estado Novo fiscaliza e assiste o seu servidor, pela Secção de Assistência Social, criada em cada Serviço de Pessoal, e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, em organização. Protege-o contra a usura, como fez, recentemente, ao baixar a lei sobre as consignações em folha.

De nada valeram os arremessos dos agiotas, as suas ameaças, os expedientes menos dignos que puseram em prática. O Governo ouviu todos os argumentos, pesou-os e decidiu, resolutamente, acabar com aquele comércio indecoroso. Considerou que era de seu dever fazê-lo, mesmo contra a vontade de alguns funcionários, menos esclarecidos, e de outros que se prestavam ao papel degradante de instrumentos da agiotagem contra seus colegas de classe.

A lei foi feita e será mantida.

O Governo Nacional não é ingênuo. Não acredita na "benemerência" de centenas de caixas que se dizem "beneficentes" e de outras que sempre tiveram pessoas influentes ou altos funcionários na sua direção. Fôssem as instituições existentes, em tão grande número, realmente "beneficentes" e o funcionalismo não precisaria de nenhum outro amparo dos poderes públicos; fôssem elas "beneficentes" e seus fundos, certamente, não dariam para pagar altos ordenados nem campanhas de imprensa; fôssem elas "beneficentes" e os servidores do Estado não teriam chegado ao grau de penúria em que êsses falsos protetores os atiraram.

Essa libertação é ato do Estado forte e consciente sem peias nem receios.

Aproveito esta oportunidade para render publicamente as minhas homenagens aos membros do extinto Conselho Federal, dedicados companheiros de trabalho, aos membros das extintas Comissões de Eficiência, diretores de pessoal e a todos quantos colaboraram na obra comum, e para agradecer aos senhores ministros de Estado o apoio que nos prestaram e sem o qual impraticável seria a nossa tarefa.

A Vossa Excelência, Senhor Presidente, se deve, porém, tudo quanto conseguimos executar. Nada nos faltou. Tivemos sempre o apoio integral de Vossa Excelência, apoio moral e material. Si mais não fizemos foi por deficiência nossa, exclusivamente.

O Departamento Administrativo entra hoje em plena ação.

Não existe mais no Brasil, felizmente, o Estado apolítico, o Estado amorfo. O Estado Novo é realista. Sabe o que quer, tem pontos de vistas definidos, pratica uma política clara e precisa, e inicia resolutamente a administração planificada.

O Departamento Administrativo será eminentemente objetivo.

Presidirá a sua atuação um largo espírito de colaboração com todos os órgãos administrativos, isento de preferências e de idéias preconcebidas. Não nos acastelaremos em pontos de vista estreitos e imutáveis, mas, ao contrário, receberemos, no contato diário que desejamos manter com todos, as influências benéficas do bom entendimento e examinaremos, cuidadosamente, todas as sugestões que nos chegarem.

E' uma primeira experiência, em larga escala, de administração controlada; por isso, nada é intangível, não ha dogmas, e as nossas decisões serão reformadas tantas vezes quantas novos argumentos nos convencerem dessa necessidade.

De outro lado, a atitude do Departamento será ativa. Tomará imediatamente a ofensiva contra os males que corroem a administração.

O Estado Moderno, como todos os organismos vivos, ama os combates e plasma o caráter dos seus subditos ao calor das refregas em que se empenha para a grandeza e bem estar da Nação.

O Departamento Administrativo — órgão do Estado Novo — não receia a luta em que se vai empenhar e conta certamente com o apoio de todos os bons brasileiros para expulsar dos servi-

ços públicos a rotina, ali criando uma nova mentalidade, novo clima, novos métodos.

O Presidente, os Diretores de Divisão e os funcionários do Departamento trabalharão em equipe, formarão uma falange compacta que, sob as ordens diretas de Vossa Excelência, Senhor Presidente, vencerá todos os obstáculos e realizará o seu programa.

Quero ainda ressaltar o acêrto de Vossa Excelência, Senhor Presidente, ao escolher, para Diretores de Divisão do Departamento, uma plêiade brilhantíssima de ilustres brasileiros.

Eu, como disse, procurei suprir as minhas faltas vivendo para êste Departamento, colocando-me integralmente ao seu serviço, dominando meus impulsos e desprezando os ataques, transformando em novas fôrças os golpes sofridos na minha vida pública e particular. Contribuirei, assim, para ver realizado o meu sonho: eu sonho com o Brasil — índio jovem e vigoroso — erguendo-se do "berço esplêndido" em que os saudosistas o querem ver "deitado eternamente", trilhando o caminho do Progresso, marchando sereno e conciente para altos destinos, ao som das cantigas mais remotas da sua raça.